

DISCUTIDOS REQUISITOS PARA ADESÃO DE PROFISSIONAIS LOCAIS

Engenheiros a caminho da Ordem de Portugal

A Associação de Engenheiros de Macau está a debater com a Ordem dos Engenheiros de Portugal a definição de requisitos para que profissionais locais possam fazer parte da organização lusa, adiantou António Trindade ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU. Noutra vertente, os engenheiros chineses poderão vir a fazer parte das ordens lusófonas, através de acções de formação

■ Liane Ferreira

Chegou ao fim o 2º Congresso de Engenheiros de Língua Portuguesa, que reuniu no território mais de 800 participantes e foi considerado um sucesso, tendo resultado em cerca de 80 contactos comerciais entre nove províncias da China, Macau e Hong Kong e empresas de países lusófonos. Para além de fazer um balanço do evento, António Trindade, presidente do comité organizador e membro do Conselho da Associação de Engenheiros de Macau (AEM), destacou a importância da mobilidade e formação de profissional, avançando que estão em curso conversações para uma possível adesão de engenheiros locais à Ordem dos Engenheiros de Portugal, que tem poder legal de reconhecimento profissional.

"Falei com o bastonário da Ordem dos Engenheiros de Portugal no sentido de, por exemplo, definir-se os requisitos que engenheiros de Macau têm de cumprir para serem membros da Ordem em Portugal", revelou António Trindade ao JORNAL TRIBUNA DE MACAU.

Recordando que em Macau "as associações profissionais não têm um papel legal em relação à regulamentação da profissão", António Trindade referiu que tal facto não permite ter acordos de mobilidade, não sendo "fácil" concretizar o conceito.

Assim, a definição desses requisitos vai dar a possibilidade de "mantendo a integridade da profissão, facilitar o movimento das partes". Este passo é de extrema importância, pois segundo o engenheiro António Trindade "sem mobilidade não há cooperação, nem plataforma em Macau".

"Neste congresso foi genericamente aceite que a mobilidade beneficia toda a gente e viu-se isso a acontecer com os



Engenheiros de Macau e Portugal assinaram memorando de entendimento

acordos multilaterais e as parcerias envolvendo a China. Toda a gente percebeu que a complementaridade favorece mais profissionalmente e até social e economicamente", frisou. Segundo Trindade, as ideias de restrição existem para preservar um mercado, porém, as Ordens não podem ter características de mercado e nesse sentido "a Lusofonia funciona ao contrário".

A mobilidade é um dos seis pontos constantes do memorando de entendimento assinado pela AEM e pela Ordem dos Engenheiros de Portugal, que prevê ainda acções de formação, partilha de informação tecnológica, científica e profissional, criação de novos mecanismos de cooperação e a realização de encontros bilaterais periódicos.

No mesmo sentido, mas direccionado para os engenheiros do exterior, António Trindade revelou que "estamos a tentar integrar os engenheiros chineses no processo dos engenheiros da lusofonia para tentar acabar, por exemplo, com proble-

mas de relação económica".

O mesmo responsável clarificou que, muitas vezes, são adoptados regulamentos chineses na legislação de Angola, porque não são criados os mecanismos institucionais que permitem aos engenheiros saber quais os requisitos de outras jurisdições a serem cumpridos.

Assim, e para evitar "ineficiências" nos projectos, que se reflectem a nível socioeconómico, estão em análise "modelos de formação profissional aprovados pelas diversas ordens de engenheiros, que têm o direito legal de reconhecer o grau académico e certos actos que são atribuídos ao engenheiro", adiantou, acrescentando que quem cumprir a formação tem condições para se registar nas outras ordens.

Asseverando que esta medida não irá resultar numa "invasão" de engenheiros estrangeiros, António Trindade destacou que "a engenharia é uma ciência e, como prática de qualquer actividade profissional, tem de obedecer a mínimos de conhecimento", ao qual se adicionam o facto de

um engenheiro estrangeiro desconhecer as práticas locais, o funcionamento do mercado e empresas de construção.

"Isto aumenta a capacidade de trabalho, especializa as entidades e melhora o funcionamento. Toda a gente sai a ganhar com isso", sublinhou o presidente do comité organizador do congresso.

Quanto ao balanço do congresso, António Trindade disse que "o que começa bem, normalmente acaba bem", referindo-se aos pré-contactos já feitos antes do início do evento. "Acabou com bastante bons resultados. As palestras foram todas bem concorridas e poucos oradores faltaram, o que não é normal em congressos", destacou, referindo que os colegas de profissão manifestaram-se satisfeitos não só com o evento em si, mas também com o modelo utilizado, que incluiu pela primeira vez a bolsa de contactos.

Além de apoios de instituições governamentais, o congresso contou com o patrocínio de 17 empresas e a participação de universidades na bolsa de contactos, tendo daí resultado a assinatura de um acordo entre duas instituições de ensino superior de Hong Kong e uma portuguesa.

Na sessão plenária foi ainda assinada a Declaração de Macau, onde os signatários se comprometeram a dar continuidade à realização do congresso bienal, de forma rotativa, de modo a difundir o conhecimento nos domínios da engenharia, através de mecanismos internacionais de cooperação, para potenciar o desenvolvimento da cooperação económica e empresarial e levar à afirmação internacional da "engenharia de Língua Portuguesa".

O 3º Congresso de Engenheiros de Língua Portuguesa será realizado em 2016, em Maputo, capital de Moçambique. Em 2018, será a vez de Angola, cuja candidatura já foi apresentada, aceite e aprovada pelos membros, segundo revelou António Trindade.

PROPOSTA DE LEI DISPENSA VETERINÁRIOS

Eutanásia animal divide Governo e deputados

O Governo pretende deixar o abate de animais em sofrimento ao livre arbítrio de qualquer pessoa, sem ser necessário consultar um veterinário ou profissional do IACM. Os deputados mostram reservas sobre essa posição, frisando que é difícil analisar o grau de sofrimento

No âmbito da Lei de Protecção dos Animais, o Governo quer deixar nas mãos de qualquer pessoa a possibilidade de matar um

animal que esteja a sofrer, sem obrigar ao recorrer a um veterinário ou funcionário do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Segundo a Rádio

Macau, o Executivo venceu esta posição numa reunião com a 1ª Comissão Permanente da Assembleia Legislativa que analisa a proposta na especialidade.

Esta atitude suscitou, contudo, dúvidas aos deputados por considerarem que é difícil a qualquer pessoa conseguir determinar se um animal está num estado de sofrimento que possa levar ao seu abate. Kwan Tsui Hang, presidente da 1ª Comissão, frisou que os deputados "têm reservas" quanto a esta posição do Governo. "Ao acabar com a vida do animal pode-se estar a provocar ainda mais dor e sofrimento ao ani-

mal", venceu, citada pela Rádio.

A deputada entende, por isso, que "é melhor serem os funcionários do Governo a fazerem isso", mas que mesmo assim o "Executivo diz que não". Contudo, Kwan Tsui Hang referiu que o Governo foi instado a "ponderar sobre esta questão", uma vez que na proposta de lei nada é dito sobre as formas de acabar com a vida desses animais. No diploma consta apenas que é possível matar um animal - como uma excepção à proibição de occisão e venda - nos casos em que a morte pode "aliviar a dor e sofrimento".

Na reunião de sexta-feira,

os deputados também colocaram reservas à libertação de animais, algo que faz parte de alguns costumes religiosos. Mas, também neste ponto o Governo se mostrou inflexível. "O Governo insiste que não deve haver libertação do animal, pois pode ser muito difícil para o animal sobreviver", afirmou a deputada.

Com tantas pontas ainda soltas no diploma, o Governo prometeu para já melhorar a definição de maus tratos, para que se passe a incluir também a intencionalidade nos actos que provocam dor e sofrimento desnecessários ao animal.

O "estranho" atraso

Kwan Tsui Hang manifestou estranheza pelo facto do Governo não conseguir concluir, após um ano de trabalho e 27 reuniões, o processo relativo ao regime jurídico de acreditação dos profissionais da construção civil e urbanismo. "Este Governo não terá possibilidade de cumprir o trabalho, mas não será por responsabilidade da Assembleia Legislativa. Já nos esforçamos e prolongámos uma reunião para tentar acabar o trabalho, mas o que aconteceu é estranho", lamentou a presidente da comissão que analisa o diploma.